



AFROMEDI
Criador de Regras da África

6ª Edição
**INICIATIVA DE
MÍDIA DA AFRODAD**

Parceria com a mídia
para promover a justiça
socioeconômica e a
posição comum da
África sobre a dívida

A nota conceitual

27 – 29 de maio de 2026
Nairobi, Quênia



Introdução

A Sexta Edição da [Iniciativa de Mídia da AFRODAD \(AFROMEDI VI\)](#) terá lugar de 27 a 29 de maio em Nairóbi, Quênia. Lançada em 2021, a AFROMEDI já capacitou mais de 600 jornalistas de 37 países africanos, contribuindo para um debate público mais informado e para um envolvimento contínuo da mídia em questões relacionadas à dívida, justiça fiscal e governança econômica. Os jornalistas desempenham um papel fundamental na formação do discurso público e na garantia da responsabilização.

A AFROMEDI visa fortalecer continuamente a capacidade dos jornalistas africanos na cobertura de temas relacionados à dívida, desenvolvimento e governança financeira global. Também procura dotar os jornalistas de ferramentas analíticas para examinar as estruturas

da dívida soberana, a influência dos credores privados, o financiamento do setor extrativo e os impactos socioeconômicos das políticas de austeridade. A iniciativa reforça a compreensão de como a exploração histórica, os fluxos financeiros ilícitos e as desigualdades estruturais continuam a moldar as vulnerabilidades da dívida e as limitações fiscais da África atualmente.

O tema da edição deste ano é “Parceria com a Mídia para Promover a Justiça Socioeconômica e a Posição Comum Africana sobre a Dívida”. Este tema está alinhado com a Carta Africana de Endividamento, a Posição Comum Africana sobre a Dívida (CAP) da União Africana, ao abrigo da Declaração de Lomé, e a Agenda 2063 da União Africana.

Contexto e Justificativa

No ano passado, a União Africana convocou uma conferência histórica sobre a dívida em Lomé, Togo, tendo como pano de fundo a crescente crise da dívida pública em África. [A Declaração de Lomé](#), documento resultante da Conferência, indica que 25 países africanos estão em situação de sobre-endividamento ou em alto risco de enfrentar dificuldades relacionadas com a dívida.

Nas últimas duas décadas, o panorama da dívida e a composição dos credores em África mudaram drasticamente, marcados por uma transição do endividamento concessional junto de credores multilaterais e bilaterais não pertencentes ao Clube de Paris para empréstimos comerciais não concessionais e onerosos. A dívida comercial aumentou de 17% da dívida externa total em 2000 para 43% em 2023. A China tornou-se o maior credor bilateral não pertencente ao Clube de Paris em África, representando 62,2 mil milhões de dólares em 2024 ([Estatísticas da Dívida Internacional do Banco Mundial, 2024](#)). Estas dívidas não concessionais, com taxas de juro mais elevadas, prazos de vencimento mais curtos e condições de refinanciamento menos previsíveis, ampliaram as opções de financiamento, mas acrescentaram complexidade à gestão e à reestruturação da dívida.

O serviço da dívida aumentou significativamente, com os custos do serviço da dívida a crescerem 132% ([Relatório sobre o Desenvolvimento Económico em África da UNCTAD, 2024](#)), atingindo aproximadamente 90 mil milhões de dólares por ano. Como resultado, pelo menos 32 países africanos destinam atualmente uma parcela maior das despesas públicas ao pagamento da dívida do que a setores essenciais como saúde e educação ([Perspetivas da Economia Mundial do FMI, 2024](#)).

O peso da dívida africana é impulsionado tanto por fatores externos como internos. Segundo [a Declaração de Lomé](#), externamente, os países africanos enfrentam custos de endividamento desproporcionalmente

elevados, com taxas de juro que atingiram 8,2% em 2024, em comparação com médias entre 5,4% e 6,3% no período de 2008 a 2019 ([Banco Africano de Desenvolvimento | Perspetivas Económicas Africanas, 2024](#)). Estas taxas elevadas aumentam significativamente as obrigações do serviço da dívida, obrigando os governos a desviarem recursos públicos escassos de prioridades sociais e de desenvolvimento essenciais. Esses elevados custos de financiamento são, em grande medida, impulsionados por assimetrias estruturais na arquitetura financeira global, incluindo vieses nas classificações de risco de crédito, acesso limitado ao financiamento concessional, exposição a mercados internacionais de capitais voláteis e mecanismos desiguais de reestruturação da dívida que colocam as economias africanas em desvantagem.

Além disso, uma parcela significativa das receitas orçamentais dos governos africanos provém da exportação de recursos naturais não processados, que são suscetíveis à volatilidade dos preços globais das commodities, contribuindo para a instabilidade das receitas e levando ao recurso ao endividamento para cumprir obrigações fiscais. A diminuição da ajuda oficial ao desenvolvimento evidencia deficiências do sistema financeiro global, que é centrado nos credores, imprevisível e carece de um quadro justo e baseado em regras para a resolução da dívida soberana, limitando a capacidade dos governos africanos de responder a choques e crises. Os choques fiscais recorrentes também desempenham um papel significativo nos desafios da dívida africana.

Mais importante ainda, a Declaração de Lomé aponta para as deficiências do sistema financeiro global, que favorece os credores, é imprevisível e não dispõe de um mecanismo justo e baseado em regras para a resolução da dívida soberana, restringindo a capacidade dos governos africanos de gerir choques e responder a crises, aumentando assim a dependência de dívida de alto custo e comprometendo a sustentabilidade de longo prazo.

No plano interno, fatores como a fragilidade da gestão das finanças públicas, a fuga de capitais e os fluxos financeiros ilícitos, sistemas fiscais fracos e planos fiscais e de investimento público ambiciosos nos países africanos são apontados como fatores adicionais e principais impulsionadores da dívida pública dos governos africanos.

Neste contexto, a Declaração de Lomé da União Africana sobre a Dívida promoveu a Posição Comum Africana (CAP) sobre a dívida como uma resposta coordenada e estratégica aos crescentes desafios da dívida no continente. A CAP servirá como um quadro político unificado adotado pelos Estados-Membros da União Africana para articular as prioridades e posições coletivas de África em matéria de governação global da dívida, sustentabilidade e reestruturação, refletindo um compromisso comum de reforçar a voz de África nos diálogos financeiros internacionais, abordar as lacunas sistémicas da arquitetura financeira global e promover soluções equitativas alinhadas com os objetivos de desenvolvimento do continente. A CAP servirá igualmente como uma plataforma estruturada para que os Estados-Membros possam interagir multilateralmente com credores, parceiros de desenvolvimento e instituições, assegurando que as prioridades africanas em matéria de dívida sejam consistentemente representadas e tratadas no cenário global.

A CAP sobre a Dívida será implementada em torno de dois pilares, interdependentes mas mutuamente reforçadores: resposta imediata à crise e reformas sistémicas (Pilar 1), e financiamento sustentável com resiliência institucional (Pilar 2), tendo como objetivo final recolocar os países africanos numa trajetória de dívida sustentável e alcançar a [Agenda 2063](#).

Objetivos

- Reforçar a capacidade dos jornalistas para compreender e reportar sobre a Posição Comum Africana sobre a Dívida, com enfoque, entre outros aspetos, na dívida soberana e na gestão da dívida soberana, na justiça fiscal e na arquitetura financeira global.
- Fortalecer o envolvimento da mídia com os quadros políticos continentais e os processos de reforma da dívida da União Africana, incluindo a Declaração de Lomé sobre a Dívida.
- Capacitar os jornalistas para humanizar as questões da dívida através de narrativas centradas nas pessoas.
- Expandir a Rede Africana de Mídia sobre Dívida (M-DNA).

Resultados Esperados

- Aumento da qualidade e da frequência de reportagens baseadas em evidências sobre dívida soberana, justiça fiscal e arquitetura financeira global.
- Participação mais forte e informada da mídia nos debates continentais e globais sobre políticas financeiras, incluindo os processos de reforma da dívida da União Africana.
- Cobertura mediática mais acessível e centrada nas pessoas, conectando as políticas macroeconómicas aos seus impactos reais nas comunidades, nos serviços públicos e nos resultados do desenvolvimento.
- Expansão da adesão, fortalecimento da colaboração e aprendizagem contínua dentro da Rede Africana de Mídia sobre Dívida (M-DNA), incluindo o engajamento contínuo através dos Cursos da AFRODAD sobre Dívida e Desenvolvimento.



AFRICAN FORUM AND NETWORK
ON DEBT AND DEVELOPMENT



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
KENYA

